

## EDITORIAL

A sociologia dos espaços rurais tenta desnudar e extrair do empírico elementos que possibilitem construir argumentos para compreender as sociedades modernas, contemporâneas e ocidentais; os múltiplos fenômenos que integram campo e cidade alteram costumes e geram novos processos sociais, instigando o olhar de pesquisadores e militantes desse universo disciplinar. O número de *Raízes* que estamos apresentando ao público é um exemplo do legado que as formas recentes de reprodução, integração e resistência dos atores sociais e agentes produtivos que povoam os espaços rurais Brasil a fora e em contextos históricos com temporalidades variadas têm suscitado, enquanto possibilidades de interpretação analítica que se apresentam nos artigos que seguem e que tomam como objeto formas singulares de expressão da presença desses grupos que se expressam como agricultores familiares, aposentados, quebradeiras de coco, coletores, extrativistas, assentados, agricultores agroecológicos e agentes de políticas públicas. O conjunto dos artigos reunidos neste número se traduz num esforço permanente de reflexão e articulação em torno de dinâmicas complexas que interrelacionam espaços, indivíduos e grupos, além de teoria e empiria, instigando em todos nós o prazer de folhear as páginas e fazer uma boa leitura.

O artigo de *Glauber Lopes Xavier* consiste num esforço de leitura, reflexão e apresentação das bases teóricas que fundamentaram o tratado de sociologia rural na obra de Henri Lefebvre. O texto destaca os sentidos da terra, apresentados por Lefebvre, enquanto categoria que possibilita retirar a sociologia rural do ostracismo dogmático, transformando esta disciplina num espaço de conhecimento e reflexão acerca de uma realidade cada vez mais atual e dinâmica.

*Anelise Rambo e Eduardo Filippe* apresentam uma interessante discussão sobre o desenvolvimento rural, passando em revista teorias neoclássicas e neoinstitucionalistas, as quais destacam o progresso como o lugar último que todos devem perseguir se desejam o desenvolvimento. Os autores alertam para o fato de que no contexto mais recente das políticas que propõem o desenvolvimento local e territorial é necessário considerar também o papel do estado e da sociedade civil. O artigo propõe uma aproximação do conceito de desenvolvimento local com o empírico, direcionando o olhar para regiões, consideradas periféricas, nas quais a agricultura familiar desempenha um papel estratégico na dinâmica econômica.

*Emilie Coudel, Jean Philippe Tonneau e Hélène Rey-Valette* oferecem ao leitor, em seu artigo, um olhar sobre as experiências de formação de atores sociais e de qualificação de dispositivos de gestão, vivenciadas no trabalho desenvolvido pela UNICAMPO no Cariri ocidental da Paraíba. A experiência realizada pela Universidade Camponesa consistiu na criação e fortalecimento de instituições cuja atuação recaiu diretamente sobre a política de desenvolvimento territorial. Os autores procuram enfatizar a necessidade de um reexame das metodologias adotadas pelos agentes de desenvolvimento, no sentido de valorizar a aquisição de competências práticas pelos atores locais em contraposição ao conhecimento meramente formal valorizado pelos agentes e agências de desenvolvimento.

Utilizando a estratégia da pesquisa sócio-histórica, *Marc Piraux* e *Roberto de Sousa Miranda* procuram analisar a dinâmica da agricultura familiar no Agreste Paraibano em três momentos distintos da história do Brasil: da primeira república até o golpe militar, de 1964 até o fim do período militar e de 1985 até os dias atuais, com objetivo de perceber a relação entre maior e menor presença ativa do estado, através das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e o modo como esta presença/ausência tem corroborado para processos de campesinização, descampesinização e recampesinização.

O texto de *Pedro Fonseca Leal* consiste numa análise do processo de conversão social pelo qual passam os agricultores do Rio da Prata. O sentido de conversão que o autor assume refere-se a processos de mudança que têm implicado na passagem destes agricultores “convencionais” para agricultores “orgânicos”. Trata-se, portanto de deslocamento social do tipo horizontal, cuja ocorrência tem sido propiciada pela interferência de agentes externos. O autor apóia-se no estudo das formas de integração desses agricultores ao mercado de produtos agrícolas, bem como de afiliações institucionais, tomando-os então como agentes num sistema de relações sociais que ultrapassa as esferas da produção e circulação da produção.

Os trabalhos que discutem a relação entre a agricultura familiar e a política de previdência social são escassos e quase sempre apresentam argumentos que se apóiam na econometria, cuja equação não considera a aposentadoria rural como direito social e justo. O artigo de *Nádia Velleda Caldas*, *Flávio Sacco dos Anjos* e *Antônio Jorge Amaral Bezerra* propõem-se a analisar a influência da previdência social rural na dinâmica da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, tendo como base uma pesquisa realizada entre 2003 e 2004, a partir de uma pesquisa amostral com 238 estabelecimentos rurais. Os resultados desse estudo revelam que a presença da aposentadoria rural na dinâmica da agricultura não pode ser vista como simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis.

O Programa um milhão de cisternas P1MC consiste num esforço de política pública, resultado da pressão da sociedade civil organizada e que nas últimas duas décadas têm conseguido, de maneira exitosa e com diferentes metodologias diminuir a vulnerabilidade das famílias agricultoras em relação ao acesso à água no semiárido nordestino. Constatamos que no artigo de *João Batista Barros de Amorim* e *Maria Luíza Lins e Silva Pires*, mais que o acesso à água de qualidade é necessário refletir acerca das formas alternativas e criativas de organização que a sociedade tem experimentado a partir da experiência do P1MC a saber, o fenômeno do associativismo em rede, que vem sendo experienciado no município alagoano de Olho D'água do Casado e que será analisado pelos autores ao longo do texto.

*Noemi Miyasaka Porro*, *Dalva Maria da Mota* e *Heribert Schmitz* apresentam uma análise comparativa de dois estudos de caso, cujo elemento central impulsionador dos processos de mudança é a liderança exercida por mulheres extrativistas em movimentos sociais liderados por mulheres. Em ambos os casos, a questão de gênero, aliada ao uso comum dos recursos, tornam marcas constitutivas de uma identidade política. Um dos casos analisados se ateve ao Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu que atua nos Estados do Pará, Tocantins, Piauí, e principalmente no Maranhão; já o outro caso, ao Movimento das Catadoras de Mangaba, que vivem na Amazônia e no Nordeste, principalmente no Estado do Sergipe, onde emergiu o Movimento das Catadoras de Mangaba. Neste artigo observa-se que, em contextos geográficos distintos, essas mulheres organizadas enfrentam desafios que demandam transformações em seus modos vida, espe-

cialmente, quanto à concepção e à prática do uso comum de recursos específicos.

O problema da concentração de terras nas mãos de poucos, aliado à falta de terras para muitos trabalhadores no Nordeste ganha espaço na agenda pública desde os anos 50 do século passado. A criação de assentamentos rurais, como alternativa a este problema, torna-se uma alternativa apresentada pelos movimentos sociais, enquanto a Reforma Agrária é ainda uma solução de longo prazo. Na prática, o modelo assentamento enfrenta desafios diversos, cujas condições de integração dos trabalhadores sem terra agora assentados um objeto de estudo legítimo e importante para as ciências sociais. O artigo apresentado por *Francisco Gomes de Andrade, João Bosco Cavalcanti Araújo, Francisco de Assis Marinho e Arthur Cláudio Rodrigues de Souza* propõe o uso da categoria diferenciação social cunhada por Pierre Bourdieu para analisar as disposições assimiladas pelos agentes, em suas lutas e trajetórias e como elas têm implicações em graus variados no comportamento dos indivíduos/assentados.

No último artigo, há uma reflexão sobre a dinâmica que constituiu a atividade garimpeira no município de Junco do Seridó, localizado no Estado da Paraíba, sobre as forças sociais que impulsionaram o estabelecimento e a organização desta atividade, caracterizada por fenômenos como informalidade e precariedade do trabalho. Para *José Aderivaldo Silva da Nóbrega e Marilda Aparecida de Menezes*, um dos aspectos que marca a expansão da atividade de extração e beneficiamento de caulim no Seridó é a presença articulada do Estado, das empresas e dos garimpeiros impulsionando o desenvolvimento dessa atividade e, ao mesmo tempo, configurando um padrão de organização da atividade.

Boa leitura a todos.

Os editores